

Declaração de Conhecimento e Autorizações de Recolha e Tratamento de Dados Pessoais

Nome do Aluno/Criança _____ **2021/2022**

Declaro que os dados fornecidos/registados no formulário de inscrição/renovação são verdadeiros, sabendo que falsas declarações poderão motivar o envio de processo às entidades competentes, estando ciente que o tratamento dos mesmos é necessário para a efetivação da matrícula e para as finalidades abaixo indicadas.

Responsabilidade dos dados

Esta declaração deve ser junta ao formulário de inscrição/matricula, referido na Portaria **235/2021**, onde a Escola recolhe e trata os necessários dados individuais do aluno/criança, referente ao ano letivo/educativo indicado, a fim de os registar e tratar na Plataforma PLACE, sendo responsável pelos mesmos. Deverá, bem como todos os documentos anexos, que contenham dados pessoais, ser guardado no processo pessoal do educando, em local de acesso restrito, seguindo-se os termos previstos no Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD).

Finalidades do tratamento de dados

Na comunidade educativa ou por entidades privadas na condição de subcontratantes, através de meios automáticos ou não, para os efeitos definidos por lei, referentes à frequência do educando, nomeadamente os de controlo e acesso a serviços e às instalações escolares, para efeitos de registo biográfico, fins pedagógicos (avaliação, assiduidade e certificação), para acesso a benefícios sociais, se aplicáveis, registo de prova de frequência escolar para efeitos de abono de família e e-fatura, sendo mantidos pelo período de tempo fixado por lei, regulamentado e estritamente necessário, sem prejuízo dos exercícios legais dos direitos de acesso.

Por entidades públicas com competências na produção de estatísticas legalmente exigíveis.

Pelas entidades públicas competentes na efetivação de programas da área da saúde pública no ou de âmbito escolar (ano e turma de frequência, nome, número de identificação e data de nascimento).

Para efeitos indispensáveis da gestão escolar, nomeadamente para a constituição do processo do aluno, para uso em fichas do professor e/ou com vista à emissão de cartão de aluno, é concretizada a digitalização da fotografia tipo passe do educando.

Direitos dos Titulares

O direito de retificação, apagamento, limitação, oposição do tratamento e portabilidade dos dados, deverá ser solicitado junto à Escola, (email institucional), que é a entidade responsável pelos dados. Reclamações e queixas são apresentadas ao Gabinete do Encarregado Geral de Proteção de Dados da RAM (gegpd@madeira.gov.pt ou www.madeira.gov.pt/gegpd) e/ou à Comissão Nacional de Proteção de Dados, através de correio postal ou o correio eletrónico, dirigindo a sua exposição para geral@cnpd.pt (para mais detalhes conferir <https://www.cnpd.pt/bin/queixas/queixas.htm>).

Declarações de Autorização explícitas

(circunde a sua escolha e anule com uma cruz a que não pretende aprovar)

1.Criação de email escolar (se aplicável e ainda não criado): acesso a ferramentas de produtividade e a aulas não presenciais.

Autorizo | Não Autorizo

2.Prova Escolar: exportação dos dados referentes à prova escolar (dados de matrícula) para a Segurança Social, com vista ao acesso a benefícios sociais. A não autorização obriga à apresentação documental de forma presencial.

Autorizo | Não Autorizo

3.Escola Virtual: exportação dos dados essenciais, incluindo o endereço institucional do correio eletrónico dos alunos para os fornecedores, com vista á ativação de licenças e acessos a conteúdos digitais, incluindo manuais.

Autorizo | Não Autorizo

O Encarregado de Educação _____ Data ____/____/____

O tratamento de dados pessoais para outros fins, não previstos neste documento, terá de ser motivo de informação e/ou autorização, caso a caso, nos termos do RGPD e demais legislação aplicável.

Simplificando:

Os dados pessoais são pertença absoluta do próprio e/ou seu responsável (encarregado de educação).

Todos os anos, com a matrícula ou sua renovação, os dados pessoais fornecidos e necessários são tratados nos termos definidos pela lei (gestão dos alunos, sua avaliação, processamento de faturas eletrónicas, aplicação de benefícios ASE, biografia escolar/formativa, produção de estudos e estatísticas e outras aplicações). Para que este tratamento seja possível e esteja enquadrado na lei, é necessário que o dono dos dados tenha conhecimento tratamento em causa. Esse conhecimento tem de ser explícito.

Qualquer outro tratamento, avulso, não previsto, obriga a autorização explícita. Algumas destas situações estão abrangidas, neste documento. Todos os restantes obrigam a documento extra, a criar pela entidade tratadora (dinizadora da atividade que trata os dados).

Todos os responsáveis pelos dados – ou sejam, os responsáveis pelas Escolas - devem assegurar que este documento existe e se mantém, com a validade de um ano letivo, no processo individual de cada um e de todos os alunos, sem exceção e que as opções anotadas no mesmo estão corretamente registados na plataforma PLACE que os processará em conformidade.